



“COMO ENSINAR MATEMÁTICA NO CURSO GINASIAL”: UM MANUAL DA CADES E SUAS PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Marcos Henrique Silva Lopes⁸

Luzia Aparecida de Souza⁹

Resumo: Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que objetiva analisar a obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país”, produzida pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, que vigorou no Brasil, a partir da década de 1950 até o início da década de 1970, com atuação em diversas regiões do país, especialmente, na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, mobiliza-se o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP. A obra em análise apresenta uma preocupação em enfatizar o conhecimento do professor atuante no Ensino Secundário no que se refere ao desenvolvimento psicológico, à aprendizagem e à formação da personalidade do adolescente. Além disso, discute abordagens didático-pedagógicas em seus diversos aspectos, assim como propõe sugestões de desenvolvimento de alguns conteúdos matemáticos em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Historiografia. Educação Matemática. Hermenêutica de Profundidade - HP.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa¹⁰ em desenvolvimento que tem a perspectiva de fomentar e contribuir com os estudos e discussões acerca da formação de professores de Matemática no Brasil, e mais especificamente, na região sul do Estado

⁸ Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEduMat, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, E-mail: marcoslopesmat@gmail.com

⁹ Docente do Instituto de Matemática - INMA e do PPGEduMat da UFMS, E-mail: luzia.souza@ufms.br

¹⁰ Pesquisa de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

de Mato Grosso Uno¹¹. Essa pesquisa possui cunho historiográfico, permitindo-a ser inserida no campo da História da Educação Matemática.

A pesquisa que desenvolvemos integra os estudos, esforços e ações do Grupo HEMEP¹². Esse Grupo possui um projeto de pesquisa que busca investigar a formação de professores que ensinam e/ou ensinaram Matemática no Estado de Mato Grosso do Sul¹³, que corresponde à região sul do Estado de Mato Grosso Uno.

Assim sendo, nos colocamos a analisar um manual destinado à formação de professores de Matemática do Ensino Secundário¹⁴, e, nesse sentido, compreender propostas contidas no mesmo para tal formação. A obra que constitui nosso objeto de análise é intitulada: “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), que foi idealizada e produzida pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, que vigorou no Brasil, a partir da década de 1950 até o início da década 1970, com atuação em diversas regiões, principalmente nas afastadas dos centros urbanos do país, em especial, na região sul do Estado de Mato Grosso Uno.

Com a análise desse Manual busca-se uma compreensão acerca das propostas da CADES para a formação de professores de Matemática do Ensino Secundário contidas no mesmo. Para desenvolvermos esse exercício analítico, pautado em uma perspectiva historiográfica, mobiliza-se o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por Thompson (1995), sobre o qual abordaremos, a seguir.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Um dos principais interlocutores com que temos dialogado, o historiador Durval Muniz Albuquerque Junior, afirma que o passado é caracterizado como uma invenção constituída no presente, subsidiada por signos deixados pelo mesmo (ALBUQUERQUE

¹¹ A expressão “Uno” é utilizada, nesse texto, para fazer referência ao Estado de Mato Grosso antes do desmembramento do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

¹² O Grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa” - HEMEP foi criado no ano de 2011, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - CNPq e certificado pela UFMS. Site: www.hemep.org.

¹³ Unidade Federativa criada em 1977, e instalada em 1979 (BRASIL, 1977).

¹⁴ À época da instituição da CADES, o Ensino Secundário era dividido em dois Ciclos: no primeiro, era ofertado o Curso Ginásial, com duração de quatro anos, e no segundo, eram ofertados dois cursos paralelos: Curso Clássico e Curso Científico, ambos com duração de três anos (BRASIL, 1942).

JUNIOR, 2007). Acerca dessa invenção/criação de um passado, esse autor considera que “Os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento desta invenção [...]” (ibid, p. 24). Sendo assim, qualquer registro, independentemente de sua natureza, que seja relacionado à temática de investigação constitui um potencial elemento de contribuição à mesma.

Vale ressaltar que, conforme esse autor afirma “Qualquer evento histórico [...] é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem.” (ibid, p. 29). Considerando-se que em qualquer investigação, só é possível obter visões parciais acerca do que é pesquisado, Garnica e Souza (2012) afirmam que, efetivamente, há “versões históricas” que

[...] devem ser construídas legitimamente, plausivelmente, ainda que não haja convergência entre as versões. [...] As diversas versões históricas] podem reforçar ou contradizer outras versões, e todas são versões legítimas se constituídas de modo fundamentado, plausível, argumentado. Assim, defendemos que o que rege a elaboração de versões historiográficas não é a veracidade, mas a plausibilidade. (GARNICA; SOUZA, 2012, p. 21-22).

Acreditamos que cada versão histórica é singular, única, pois a subjetividade produzida cotidianamente em cada pessoa condiciona seu olhar/sua versão sobre qualquer evento. Acerca disso, Albuquerque Junior (2007, p. 72) afirma que “[...] as histórias são escritas do ponto de vista dos homens, mergulhados em seu cotidiano”. Assim sendo, esse autor ainda adverte que.

Cabe ao historiador, profissional do presente e não do passado, como dizia [o historiador francês Marc] Bloch, construir em suas narrativas a mediação entre os tempos e diferenciar [...] o que é atual, o que é próprio do nosso tempo, do que é apenas contemporâneo, o que está do nosso lado, mas vem de outros tempos [...]. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33).

Diante disso, consideramos que durante o exercício de construção de uma versão historiográfica plausível, a atuação do pesquisador é fundamental na articulação dos indícios deixados pelo passado, uma vez que estes não trazem consigo respostas definidas previamente, mas são passíveis de serem interrogados e atribuídos significados pelo pesquisador, tendo como fundamento questões que são propostas no presente.

Com a perspectiva de desenvolvermos um exercício analítico acerca de um manual destinado à formação de professores de Matemática do Ensino Secundário, com

vistas a compreender propostas contidas no mesmo para tal formação, e, em consonância com as nossas concepções, adotamos o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por Thompson (1995), para o estudo, análise e interpretação de formas simbólicas. Segundo esse autor, as formas simbólicas permeiam o mundo social e são produzidas, transmitidas, recebidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais e históricos estruturados de um modo específico, como, por exemplo, uma música.

Segundo Thompson (1995), o caráter significativo das formas simbólicas pode ser analisado em função dos seus aspectos constitutivos, e tais são: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Pardim (2013, p. 26) afirma que “Os quatro primeiros aspectos se referem ao significado assumido pela forma simbólica, e o quinto aspecto nos direciona para suas características socialmente estruturadas”. Portanto, esses aspectos subsidiam o exame daquilo que envolve a interpretação das formas simbólicas.

A HP apresenta, segundo Thompson (1995), três dimensões analíticas, denominadas como: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/(re)interpretação. Ressalta-se, porém, que, segundo Andrade (2012),

A divisão didática [...] é um modo de apresentação dos processos a serem percorridos numa hermenêutica, mas tais momentos não são nem estanques, nem lineares, ou seja, ocorrem concomitantemente, interrelacionando-os e produzindo cada um deles - e a própria interpretação - não como resultado, mas como processo. (ANDRADE, 2012, p. 42).

Thompson (1995) destaca cinco aspectos básicos a serem observados durante a análise sócio-histórica e que são significativos para a compreensão do contexto de produção e disseminação das formas simbólicas. Cada um deles é voltado a um foco específico, mas se constituem de forma entrelaçada. Com efeito, fazer uma análise sócio-histórica implica esforçar-se para compreender as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, a própria estrutura social e os meios técnicos de construção e transmissão da “mensagem” que a forma simbólica “quer transmitir”.

A análise formal (ou discursiva) trata de mais um momento de interpretação. Esse momento de análise, segundo Andrade (2012), possui como foco central o “objeto de estudo” em si, “[...] esse é o momento de olhar para as estruturas da forma simbólica, de olhar como essa estrutura ‘funciona’ de modo a constituir o objeto mais amplo, além

de investigar as relações entre os elementos dessa estrutura” (ANDRADE, 2012, p. 37). Vale ressaltar que nesse momento analítico, também recorreremos aos Paratextos Editoriais apresentados por Genette (2009), como um instrumento para analisar os elementos internos do Manual em sua materialidade, como formato, capa, título, subtítulos, data da obra, nomes dos autores, apresentação, títulos dos capítulos, notas, etc.

A interpretação/(re)interpretação constitui um momento de explicitação sistemática de uma compreensão plausível da forma simbólica em estudo. Tal compreensão é gerada pela atribuição de significados, concebida a partir de todo um movimento de processo interpretativo contínuo no qual todos os momentos da análise são envolvidos.

UM ESBOÇO DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DO MANUAL

Pouco tempo após a “criação” do Ministério da Educação e Cultura¹⁵ - MEC, a CADES foi instituída a partir do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953 (BRASIL, 1953a), e o seu regimento foi aprovado no ano seguinte (BRASIL, 1954). Essa Campanha foi idealizada por Armando Hildebrand¹⁶ que, naquele momento, gerenciava a Diretoria do Ensino Secundário¹⁷ - DES. Vale ressaltar que a CADES foi instituída durante o segundo governo presidencial de Getúlio Vargas¹⁸, sendo que esse período ficou conhecido pelo impulso nacionalista ao desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira.

No contexto do crescente incentivo à industrialização nacional, foi intensificada a exigência de uma demanda de força de trabalho minimamente diplomada. Com isso,

¹⁵ Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930). Em 1937, passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 1937). Em 1953, foi criado o Ministério da Saúde (BRASIL, 1953b), com isso o Ministério da Educação e Saúde passou a denominar-se Ministério da Educação e Cultura, o que vigora até os dias atuais.

¹⁶ Armando Hildebrand (1907-1994) foi uma figura de relevo na política educacional brasileira. Fundou e dirigiu a Fundação do Ensino Secundário (1954), hoje Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE. Segundo Baraldi e Gaertner (2013), Hildebrand teve sua formação pedagógica influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que foram os principais precursores, no Brasil, do movimento conhecido como Escola Nova. Hildebrand permaneceu como diretor do Ensino Secundário até 1956.

¹⁷ Órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura - MEC.

¹⁸ Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) governou o Brasil em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

explicitaram-se para o Governo Federal a limitação da educação Secundária em relação à sua extensão. Diante disso, houve uma expansão enorme, tanto de estabelecimentos de Ensino Secundário, quanto de matrículas nesse nível de ensino, conforme apresenta a Revista “Escola Secundária” que, em 1932, havia, no país, 342 estabelecimentos de Ensino Secundário, com 65.000 alunos. Já em 1954, primeiro de ano atuação da CADES, registrava-se 1.771 estabelecimentos - sendo 714 colégios -, com 536.000 alunos matriculados, e no próprio ano de 1957, o índice desse crescimento de matrículas foi superior a 500%. (REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA, 1957).

Contudo, não houve o correspondente quantitativo e, principalmente, a mesma preocupação quanto à qualificação de professores para atuarem nesse nível de ensino, o que provocou a escassez de professores especializados nessa área (que deveriam ser formados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, também em número bastante reduzido em relação à demanda existente), e, conseqüentemente, a “[...] presença de alta percentagem de mestres leigos¹⁹ e mal preparados [...]” (ROMANELLI, 2007, p. 93).

Nesse contexto educacional, a CADES inicia suas ações, com abrangência em todo o país, tendo como foco o aperfeiçoamento do pessoal envolvido com o Ensino Secundário, principalmente os professores. Assim sendo, Pinto (2003) destaca que a DES, e mais especificamente a CADES, concentrou a sua preocupação no problema da improvisação de professores, ou seja, na falta de formação específica dos docentes atuantes no Ensino Secundário.

Sendo assim, essa Campanha teve como principais frentes de atuação: a oferta de Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame Suficiência²⁰ e a produção de materiais relacionados a diversas disciplinas do Ensino Secundário, sendo que, segundo (PINTO, 2003, p. 757), “[...] os cursos de orientação de professores, [...] transformaram-se, então, no carro-chefe das atividades desenvolvidas pela CADES”.

Acerca desses cursos, Baraldi e Gaertner (2013) afirmam que

¹⁹ Professores que desconhecem ou são ignorantes do trabalho que fazem e, mais especificamente, daqueles professores que não possuem uma formação básica para lecionar em determinado nível ou série.

²⁰ Diante da crescente expansão do Ensino Secundário, principalmente em direção às regiões afastadas dos centros urbanos do país, e do quadro de escassez de professores com formação nas Faculdades de Filosofia para atender a essa demanda, fez-se necessário o Ministério da Educação e Saúde - MES, adotar, de forma emergencial, uma medida para tentar suprir a defasagem de professores, assim, foi instituído o Exame de Suficiência, em 1946 (BRASIL, 1946). Contudo, devido ao alto índice de reprovação no mesmo, em 1955, é criada uma lei (BRASIL, 1955) que condicionava a submissão ao referido Exame, à participação do candidato nos Cursos de Orientação da CADES.

[...] eram elaborados a fim de suprir as deficiências dos professores, até então leigos, referentes aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas que iriam lecionar ou que já lecionavam nas escolas secundárias [...] (BARALDI; GAERTNER, 2013, p. 21).

A partir de 1956, Gildásio Amado²¹, substitui Armando Hildebrand na DES, ocorrendo ampliação das ações da CADES, tendo em vista a difusão e abrangência do Ensino Secundário em todas as regiões do país, conforme dados apresentados por Gomes (1958) que, em 1957, havia 2.270 estabelecimentos de Ensino Secundário sob fiscalização da DES no país, com 668.845 alunos matriculados.

Oliveira (2009) afirma que a partir desse momento a CADES começou a “conhecer o Brasil”. Essa autora ainda destaca a importância dada pelo Governo Federal ao Ensino Secundário. Sobretudo, “[...] as ações concentraram-se na organização de cursos de treinamento de professores, de simpósios e de jornadas para capacitação de técnicos, além de publicação para a formação de professores [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 105).

A CADES NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO UNO

Os registros encontrados para compor esta pesquisa, no que se refere à presença da CADES na região sul do Estado de Mato Grosso Uno, indicaram que houve implementação dos Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame de Suficiência, para registro de professores do Ensino Secundário, promovidos por esta Campanha, nas cidades Corumbá (1967) (POZZI, 2006), Dourados (1968) (CDR/UFGD²²), e principalmente em Campo Grande²³ (1957, 1958, 1959, 1962, 1963, 1964, 1966, 1968) (PESSANHA; ASSIS, 2011); 1965 (JORNAL CORREIO DO ESTADO, 1965); 1967 (Arquivo Pessoal²⁴); 1969, 1970 (CDR/UFGD). Dentre os anos citados, apenas em 1963 e 1969 não fica explícito de que houve o referido curso para a disciplina de Matemática.

²¹ Gildásio Amado (1906-1983) dirigiu a DES em dois períodos: de 1956 a 1963 e de 1964 a 1968. Antes de assumir a DES, foi diretor do Colégio Pedro II entre 1947 e 1956.

²² Centro de Documentação Regional - CDR - da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

²³ A cidade de Campo Grande possuía bastante destaque nessa região e tornou-se a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, quando da criação deste (BRASIL, 1977).

²⁴ Certificado de Autorização para lecionar Matemática no 1º Ciclo do Ensino Secundário, expedido pela CADES, concedido a Rodolfo Shimid.

Diante de tais dados pode-se observar, ainda que de maneira geral, uma presença significativa da CADES nessa região, desde o final da década de 1950 até o início da década de 1970, atendendo a professores de diversas disciplinas do Ensino Secundário, principalmente, a disciplina de Matemática, que, segundo os registros, sempre foi contemplada nos Cursos implementados por essa Campanha nessa região. Assim, de alguma maneira, esses professores tiveram suas formações docentes diretamente relacionadas aos referidos Cursos.

Além de Cursos de Orientação aos candidatos ao Exame de Suficiência e de aperfeiçoamento para os professores que já atuavam no Ensino Secundário, outra ação de destaque da CADES foi a produção, publicação e veiculação de obras relacionadas, entre outras, à formação matemática e didático-pedagógica desses professores.

UM MANUAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Em busca de obras produzidas e/ou publicadas pela CADES, relacionadas à formação matemática e didático-pedagógica de professores de Matemática do Ensino Secundário, encontra-se em Baraldi e Gaertner (2013) a identificação de sete obras²⁵ referente ao ensino dessa disciplina. De posse dessas obras, o autor desta pesquisa realizou uma análise panorâmica em cada uma. Desse modo, foi identificado que a maioria dessas obras consistia em monografias vencedoras do Concurso “Dia do

²⁵ - “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país” foi escrita por Cleantho Rodrigues Siqueira, Emilio Mira y Lopez, Ethel Bauzer Medeiros, Imídio Giuseppe Nérici e Roberto José Fontes Pacheco. Contendo 117 páginas, este Manual foi a primeira publicação da CADES referente à disciplina de Matemática.

- “Didática Especial de Matemática” foi escrita por Manoel Jairo Bezerra. Contendo 76 páginas, esta obra é uma monografia que foi publicada pela CADES em decorrência da mesma ter sido uma das vencedoras do I Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1956.

- “Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DO ENSINO DA MATEMÁTICA”, ocorrido entre os dias 20 e 25 de julho de 1959, na cidade do Rio de Janeiro (DF), sendo organizado pela CADES. Contendo 246 páginas, esta publicação reúne pesquisas, experiências e debates discutidos nesse evento.

- “Apostilas de Didática Especial de Matemática” foi escrita por Ceres Marques de Moraes, Júlio César de Mello e Sousa (Malba Tahan), e Manoel Jairo Bezerra, sendo publicada em 1959. Contendo 220 páginas, esta obra é direcionada a professores do Curso Ginásial do Ensino Secundário.

- “Didática da Matemática” escrita por João Gabriel Chaves, contendo 105 páginas, e “A Didática da Matemática no Ensino Secundário” escrita por Maria Edmée de Andrade Jacques da Silva, contendo 240 páginas, estas obras são monografias que foram publicadas pela CADES, em 1960, em decorrência das mesmas terem vencido o III Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1959.

- “O Material didático no ensino da Matemática” escrita por Manoel Jairo Bezerra. Contendo 117 páginas, esta obra é uma monografia que foi publicada pela CADES, em 1962, em decorrência de a mesma ter sido uma das vencedoras do V Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1961.

Professor”, iniciado em 1956, que segundo Lima (1960, p. 9-10), “[...] estimulou, enormemente, o aparecimento de bibliografia especializada”. Nesse concurso professores produziam e submetiam monografias de trabalhos originais sobre didática especial de diversas disciplinas do Ensino Secundário, e os professores vencedores, entre outros prêmios, tinham seu trabalho publicado pela CADES.

Haja vista que o objetivo desta pesquisa é analisar uma obra que tenha sido idealizada e produzida pela própria Campanha, selecionou-se para o exercício analítico, a obra: “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior no país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), que, coincidentemente, foi a primeira obra referente à disciplina de Matemática publicada pela CADES, dentre as apresentadas por Baraldi e Gaertner (2013), sendo publicada entre novembro de 1955 e janeiro de 1956, ou seja, logo nos primeiros anos de implementação da CADES.

O Manual analisado compõe uma coleção²⁶ que teve sua produção orientada (planejada) por Armando Hildebrand, e sob coordenação de Déa Velloso Maurício. Essa obra é estruturada da seguinte forma: Há uma “Apresentação”, escrita pelo próprio diretor da DES, Armando Hildebrand, que tece algumas considerações acerca das iniciativas que o MEC vinha desenvolvendo com o intuito de “assistir o professor”, principalmente àqueles a quem atribui a maior necessidade de assistência: o professor que atua nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos do país. Nesse sentido, Hildebrand se refere à coleção de manuais da qual faz parte a obra analisada nessa pesquisa, como parte do “programa de assistência ao professor”.

Em seguida, o Manual é dividido em duas partes. A Parte I, intitulada “Noções de Didática Geral e seus Fundamentos”, contém 78 páginas, compreendendo quatro capítulos que abordam temáticas relacionadas ao Ensino Secundário em geral: “Funções e Objetivos da Escola Secundária”, escrita por Cleantho Rodrigues Siqueira (13 páginas); “Noções de Psicologia dos adolescentes”, escrita por Emilio Mira y Lopez (13 páginas); “Noções de Psicologia da aprendizagem”, escrita por Ethel Bauzer Medeiros

²⁶ Os outros volumes que integram tal coleção fazem referência às disciplinas de Português, Desenho, Inglês, Francês e Latim. Pela descrição feita por Baraldi e Gaertner (2013) inferimos que esses manuais possuíam a Parte I em comum, e a Parte II era específica de cada disciplina, sendo escrita, em geral, portanto, por um autor diferente. Identificamos que José Sennen Bandeira escreveu a Parte II dos Manuais de Português e Desenho, e Adolphina Portella Bonapace, a Parte II do Manual de Francês (BARALDI; GAERTNER, 2013).

(28 páginas), e “Noções de Didática Geral”, escrita por Imídio Giuseppe Nérici (22 páginas). A segunda parte, que ocupa as 33 páginas finais do Manual, sendo identificada como “Didática Especial da Matemática” foi escrita por Roberto José Fontes Pacheco. Essa parte apresenta três subdivisões: “Objetivos da Matemática; Recomendações sobre a Didática da Matemática, e Sugestões sobre dificuldades de alguns pontos do Programa de Matemática”.

Colocamo-nos a estudar e analisar essa obra, pois acreditamos que este foi “[...] suporte material de escrita e de leitura e de difusão e circulação de ideias” (SOUZA, 2007, p. 172), no âmbito do Ensino Secundário em um determinado contexto. Além disso, por se tratar de um “manual”, concebemos que, conforme afirma Valdemarin (2007), para o historiador da educação, estes revelam um sistema de orientação de práticas, pois, por meio destes, ocorre uma seleção “natural” acerca do que o professor deve aprender e, conseqüentemente, do que ele deve ensinar, e como fazê-lo. Desse modo, segundo Oliveira (2008, p. 4), “O método proposto por esses manuais é importante para se estudar a história das ideias pedagógicas, específicos em determinados contextos, podendo diferenciar-se em cada momento histórico”.

Além disso, o manual também é produto cultural (MAGALHÃES, 2006), e, assim sendo,

[...] na medida em que simboliza uma construção cultural, estrutura o acto do conhecimento, materializa a relação pedagógica e configura o campo epistémico-pedagógico da cultura escolar, o manual constitui um caso particular da produção bibliográfica e desafia a uma historiografia específica. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Nessa perspectiva, buscamos analisar os elementos culturais e pedagógicos presentes no Manual de Matemática da CADES não necessariamente por conta de seu possível uso, mas por conta de seu significado diante de uma proposta de formação e certificação de professores no país.

UM OLHAR SOBRE O MANUAL “COMO ENSINAR MATEMÁTICA NO CURSO GINASIAL”

A obra analisada nessa pesquisa, de um modo geral, direciona o professor a tomar conhecimento de discussões mais amplas que estão diretamente ligadas ao seu ofício enquanto docente. Essas discussões perpassam pela conjuntura sociocultural da

época, pelos objetivos e perspectivas da educação Secundária naquele contexto, até serem direcionadas ao professor que atuava naquele nível de ensino e o seu papel perante a demanda educacional da época.

Nesse sentido, o Manual apresenta uma preocupação em enfatizar o conhecimento do professor atuante no Ensino Secundário no que se refere ao desenvolvimento psicológico, à aprendizagem e à formação da personalidade do adolescente, sendo este último a principal finalidade (e a primeira a ser explicitada na Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942)) da educação nesse nível, à época.

Ao apresentar e discutir abordagens didático-pedagógicas, em seus diversos aspectos, fica evidenciado um tom explícito de prescrição quanto à atuação do professor em sala de aula, com a indicação de deveres a serem cumpridos pelos professores, caracterizando, assim, uma ideia de “dizer”: “o que” e “como” o professor - considerando-se que este não tinha qualquer formação docente - deveria ministrar aula.

No que se refere ao ensino da disciplina de Matemática, o Manual apresenta características que são desenvolvidas quando do estudo dessa ciência, tais como: apuração da atenção e concentração, paciência, rigor e precisão de linguagem, e, portanto, estas, além de serem exercitadas pelo próprio professor, os alunos deveriam ser estimulados a adquiri-las.

Algumas recomendações “técnicas” também são apresentadas, para que o professor pudesse desenvolver sua atuação docente sem muitas dificuldades, tais como: a escolha do livro-texto a ser utilizado durante o ano letivo e como usar o Quadro-negro e seus acessórios (materiais de desenho). Além disso, são propostas sugestões de desenvolvimento de alguns conteúdos do Programa de ensino do Curso Ginásial, vigente à época, estabelecido pela Portaria de 1951.

Da 1ª série, o campo da Aritmética é bastante enfatizado, com destaque aos conteúdos relacionados às propriedades de potências de mesma base, às propriedades de divisibilidade, ao Mínimo Divisor Comum - MDC e ao Mínimo Múltiplo Comum - MMC. A 2ª série é contemplada com uma discussão acerca da Fatoração e de questões relacionadas à equação do 1º grau. A equação do 2º grau (conteúdo previsto para ser abordado na 4ª série e última do Curso Ginásial) também é abordada. O último conteúdo abordado são os Polígonos regulares, sendo que é apresentada a seguinte ordem de estudo dos mesmos: Quadrado, Hexágono regular, Triângulo equilátero e Decágono regular.

De modo geral, o Manual analisado apresenta propostas de direcionamento do ensino de Matemática no Ensino Secundário como um todo, e, em específico, no Curso Ginásial (1º Ciclo), de modo que seu desenvolvimento, considerado como o principal suporte para o estudo das demais disciplinas, possibilitasse que o professor desempenhasse sua prática docente com vistas a atender às exigências e objetivos desse nível de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da História.** 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2007. 254p.

ANDRADE, M. M. **Ensaio sobre o ensino em geral e o de matemática em particular, de Lacroix:** análise de uma forma simbólica à luz do referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade. 2012. 281f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. **Textos e contextos:** um esboço da CADES na história da educação (matemática). Blumenau: Edifurb, 2013. 183p.

BRASIL. Actos do Governo Provisório. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXIX, nº 277, 1930.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. **Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCII, nº 267, 1953a.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25. mar. 2013.

BRASIL. Atos do Governo. **Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXXXV, nº 20, 1946.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. **Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.** Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ano CXV, nº 196, 1977.

BRASIL. **Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953.** Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. 1953b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1920-25-julho-1953-367058-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25. mar. 2013.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. **Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955.** Dispõe

sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCIV, nº 56, 1955.

BRASIL. Actos do Poder Legislativo. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXXVI, nº 12, 1937.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Ministerial nº 170, de 26 de março de 1954**. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCIII, nº 74, 1954.

CADES: 150 professores inscritos nos cursos em Campo Grande. **Jornal Correio do Estado**. Campo Grande, 6. Jan. 1965. 1965.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. de. **Elementos de História da Educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 384p.

GENETTE, G. **Paratextos Editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial. 2009. 372p.

GOMES, T. T. Nossa rede escolar secundária. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 6, Set. 1958. p. 117-120.

LIMA, L. de O. Uma nova forma de atuação regional do Ministério da Educação. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 13, Jun. 1960. p. 5-11.

MAGALHÃES, J. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural - para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sísifo - Revista de ciências da educação**, 1, 2006, p. 5-14. Disponível em: <<http://www.sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 10. ago. 2014.

OLIVEIRA, S. S. de. **A história da disciplina escolar francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)**. 2009. 252f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

OLIVEIRA, S. S. de. O Manual de Didática de Francês da CADES: uma análise para o estudo de disciplina escolar. *In*: Congresso Brasileiro de História da Educação, V., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SBHE/UFSE/Unit, 2008.

PARDIM, C. S. **Orientações Pedagógicas nas Escolas Normais de Campo Grande: um olhar sobre o manual metodologia do ensino primário**, de Theobaldo Miranda Santos. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, W. da S. Arquivos digitalizados da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (Campo Grande/MS). DVD. Campo Grande, 2011.

PINTO, D. C. CADES e sua presença em Minas Gerais. CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, II., 2003, Uberlândia, **Anais...**, 2003. p. 252-262.

POZZI, A. **O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul – Corumbá: (1961-2002)**. 2006. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA. **A nossa revista**. Rio de Janeiro, n. 1, Jun. 1957, p. 5-7.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973). 32ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 267p.

SIQUEIRA, C. R.; LOPEZ, E. M. y; MEDEIROS, E. B.; NÉRICI, I. G.; PACHECO, R. J. F. **Como ensinar Matemática no Curso Ginásial**: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país. São Paulo: Cruzeiro do Sul, s/d. 117p.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTA, M. L. A. (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. 423p.

VALDEMARIN, V. T. Interfaces de pesquisa sobre manuais didáticos. *In*: BENCOSTA, M. L. A. (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 301-321.